

PORTARIA nº 17/MPC/GABMBCM, 26 de novembro de 2018.
INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 160.2018.628

Tendo tomado conhecimento por meio de Notícia de Irregularidade nº 537/2018, do teor do Relatório de Auditoria (*ex vi* 04/07) subscrito pelo Contador José Vieira dos Reis Neto, constando, em tese, fatos que denotam ilegalidades praticadas no Município de Raposos/MG, tais como, falhas nas contratações e pagamentos de serviços públicos com “*desrespeito ao princípio da legalidade*”, não obediência à vinculação contratual, desrespeito ao princípio da impessoalidade com “*recursos públicos ... destinados em proveito do chefe do executivo, ocorrendo benefícios em alimentação de servidores e jantares pagos ao prefeito municipal fora do horário de expediente*”, reembolso de diárias em valores “*absurdos*”, “*contratação de empresas cujo serviço não foi comprovado*”, ausência de comunicação ao Poder Legislativo dos convênios firmados pela municipalidade e contratações de pessoal irregulares, todos estes revestidos de improbidade administrativa e com ausência de controle interno;

considerando as competências remetidas ao Ministério Público pelo art. 26, inciso I, da Lei federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 c/c art. 30 da Lei Complementar estadual n. 102/2008 c/c art. 130 da CR/88, relativas à atribuição de instaurar medidas e procedimentos no exercício de suas funções, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis no âmbito extrajudicial de atuação funcional;

considerando por fim, o disposto no artigo 2º, inciso III c/c § 2º e, c/c o artigo 3º, todos da Resolução MPC-MG nº 07 de 21 de novembro de 2013, **RESOLVO**, no uso das minhas atribuições funcionais, **INSTAURAR PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO** para apurar os fatos trazidos à baila, que, em tese, ensejam irregularidades e possíveis dano ao erário por atos de improbidade administrativa, ferindo os princípios administrativos da impessoalidade, moralidade e legalidade em descompasso com a Constituição da República, do Estado e das leis aplicáveis à espécie.

Após a adoção das medidas cabíveis, determino que os autos retornem conclusos ao meu Gabinete, para ulteriores deliberações.

Autue-se, publique-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, 26 de novembro de 2018.

Marcílio Barenco Corrêa de Mello
Procurador do Ministério Público de Contas.